
APRESENTAÇÃO

Desde 2013 a Associação Brasileira de Currículo (ABdC) tem organizado anualmente, em parceria com as editorias das revistas *Teias*, *E-curriculum* e *Currículo Sem Fronteiras*, dossiês temáticos a serem publicados no último número desses periódicos do ano em curso.

Estando na incumbência, em nome da ABdC, de organizarmos o dossiê da revista *Teias* deste ano de 2014 elegemos como tema CURRÍCULO, POLÍTICAS E TRABALHO DOCENTE, cujo objetivo é o de discutir as conexões e interfaces entre as reformas e as políticas curriculares contemporâneas e suas relações com o trabalho docente, problematizando as dimensões que envolvem conhecimento, formação e profissionalização do professorado.

Esta temática chega no momento em que o Ministério da Educação (MEC) lança o documento orientador para a discussão nacional sobre a Base Nacional Comum da Educação Básica (03/06/2014), visando uniformizar os processos de aprendizagem nas escolas brasileiras. Somado aos exames nacionais de larga escala, a proposta de uma base curricular comum para todo o país terá efeitos diretos sobre o trabalho docente e o conhecimento veiculado ao currículo da educação básica, atingindo centralmente a formação e a profissionalização do professorado brasileiro.

Considerando essas questões, este dossiê traz importantes contribuições sobre a relação entre política curricular e trabalho docente, privilegiando artigos e ensaios baseados em pesquisas e estudos que o campo do currículo vem desenvolvendo, tanto no Brasil quanto no exterior.

Abre o dossiê o artigo *Micro-empréstimo Global na Reforma Educacional: Enseñá por Argentina e a Neoliberalização dos Movimentos de Base*, de Daniel Friedrich, que analisa o funcionamento e os pressupostos do programa *Enseñá por Argentina*. Nesta análise, o autor busca compreender a produção de um tipo de sujeito neoliberal, configurado como empreendedor social, que funciona como o motor para a mudança e, por outro lado, explora a transferência de modelos em contextos social, política e pedagogicamente distintos, através da política de micro-empréstimo, da formação de professores e de instrumentos específicos para organizações que canalizam os discursos sobre mudanças que vêm das bases.

Segue a esta análise o artigo *“Perfil” profissional docente nas políticas curriculares*, de Rosanne Evangelista Dias, traz uma importante análise sobre as políticas curriculares para a formação de professores no âmbito ibero-americano; políticas essas que associam o perfil profissional a processos de avaliação propagados como responsáveis pela qualidade do ensino via regulação do trabalho docente. A autora argumenta que a defesa de demandas em torno de um perfil

profissional pretende hegemonizar a ideia de um currículo que projete a profissão docente em um quadro performativo que acentua a responsabilização crescente do trabalho docente no desempenho escolar.

O terceiro artigo deste dossiê – *Base Nacional Comum: a autonomia docente e o currículo único em debate* –, de Talita Vidal Pereira e Veronica Borges de Oliveira, também analisa questões relacionadas às políticas curriculares, questionando os discursos que defendem o estabelecimento de uma base nacional comum como garantia da qualidade da educação. A partir de conceitos de Laclau, Mouffe e Derrida, as autoras argumentam que esses discursos estão carregados de rastros de realismo e de essencialismo que sustentam concepções de conhecimento como construções que expressam a realidade. Nesse sentido, defendem que o currículo pensado dessa forma assume uma dimensão acentuadamente instrumental e passa a se constituir como guia do trabalho docente, comprometendo sua autonomia, enquanto um exercício contingente e indecidível, na formação desse profissional.

O quarto artigo chama-se *Políticas curriculares do Estado brasileiro, trabalho docente e função dos professores como intelectuais*, de Branca Jurema Ponce e Sanny da Rosa. As autoras discutem, a partir do conceito *gramsciano* de intelectual orgânico, as funções que os professores vêm desempenhando na condução de políticas educacionais. No centro do debate se encontra o *lugar* dos sujeitos nos processos de formulação e desenvolvimento de dois programas curriculares de sistemas públicos no estado de São Paulo, para concluir que a interpretação do sentido político da ambivalência de muitos educadores frente a programas que restringem a autonomia do trabalho docente é chave para pensar possibilidades de projetos contra-hegemônicos às atuais políticas.

O quinto artigo – *...agora, é a gente com a gente mesmo!* – de Mara Rejane Vieira Osório, trata da constituição de subjetividades docentes num curso de licenciatura em matemática a distância. O objetivo é problematizar a autorresponsabilidade como princípio central do processo formativo. Seguindo pista dos estudos sobre governamentalidade, discute que a utilização da EaD não significa apenas a modernização da formação, mas uma estratégia de governo, na qual racionalidades transitam, interpelam as condutas docentes e lhes preparam para ação. A autora defende que a centralidade na autorresponsabilidade acirra o processo de constituição de sujeitos autorreferentes e crenes num tipo de empresariamento de si mesmos; e que admitir a autorresponsabilidade como natural é desconsiderar a união entre formação, poder e governo das condutas docentes.

O sexto artigo – *Relações entre políticas e práticas educacionais: em perspectiva a realidade de uma escola da rede estadual paulista* –, de Liliane Ribeiro de Mello e Regiane Helena

Bertagna discute as práticas pedagógicas e avaliativas das professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola estadual paulista diante das atuais políticas educacionais de currículo e avaliação. As autoras concluem que diante das políticas educacionais atuais as práticas na escola tendem a seguir a lógica imposta externamente. No caso específico da escola investigada, constatam seus profissionais se pautam na proposta da SEE-SP para selecionar os conteúdos, fortemente influenciado pela exigência nas avaliações em larga escala e por uma prática do modelo tradicional de avaliação da aprendizagem.

O sétimo artigo – *Currículo, formação e trabalho docente: uma pesquisa-formação colaborativa realizada com professores do SINPRO-BA* –, de Roberto Sidnei Macedo, apresenta uma etnopesquisa-formação colaborativa, realizada com professores organizados no Sindicato de Professores no Estado da Bahia. O autor faz ver que a formação de professores emerge no presente com uma sensível política de sentidos que deve surgir do trabalho (in)tensamente refletido pelo(s) professor(e)s sobre sua formação e profissionalização.

De artigos que tratam de experiências relacionadas às dimensões políticas e sindicais da educação, o dossiê conclui com uma discussão mais específica, que se insere na história das disciplinas escolares, através do artigo *A permanência da disciplina ensino religioso no currículo escolar brasileiro*, de Ana Maria Gonçalves e Tamiris Alves Muniz. Neste artigo as autoras problematizam a permanência da disciplina Ensino Religioso no currículo das escolas públicas brasileiras, dado o caráter laico do ensino e o caráter marcadamente religioso que legitima a oferta dessa disciplina, considerando, em especial, sua trajetória entre os anos 1980 e início dos anos 2000. O estudo adota a perspectiva sócio-histórica de currículo para destacar que a disciplina Ensino Religioso segue trajetória semelhante à de outras disciplinas escolares, mas guarda uma particularidade quanto aos padrões de configuração, o fato de ter grupos externos ao campo educacional como sua comunidade disciplinar forte.

O dossiê apresenta ainda a entrevista com Clermont Gauthier, da Universidade Laval (Quebec), *O Ensino Explícito: um meio para tornar eficaz nosso saber pedagógico – entrevista com Clermont Gauthier*, realizada em 18 de dezembro de 2012, por Andressa Aita Ivo e Marie Pierre Dencuff, no Canadá, em que fala das virtudes do que denomina de Ensino Explícito – uma espécie de reunião de fórmulas pedagógico e didáticas variadas retiradas da experiência reconhecida de ensino de professores capazes de dar conta da complexidade do ensino, da gestão da sala de aula e da aprendizagem. Ao mesmo tempo, Clermont Gauthier não poupa críticas ao construtivismo dominante nas pedagogias oficiais e nos documentos e análises dos organismos internacionais. Enunciados identificáveis com as abordagens das pedagogias centradas no aluno,

com as pedagogias ativas e com o desenvolvimento de competências e habilidades são recorrentes em documentos, medidas, planos de metas, etc. e obscurecem o fato de que trabalhar com esses pressupostos exige condições de trabalho e infra-estrutura nas escolas e salas de aula. Exige além de tudo preparo dos professores para tal. Condições, na verdade, que estão longe de ser efetivamente garantidas ou sustentadas pelo financiamento público, a curto ou a médio prazos.

No conjunto, este dossiê traz uma importante contribuição para a discussão do campo curricular, evidenciando as relações entre currículo e produção de sujeitos, os processos de regulação e performatividade, os exames nacionais e as políticas de educacionais, os embates contra-hegemônicos que atravessam o currículo, a lógica de responsabilização e autorresponsabilização que envolve a docência, as dimensões de formação e profissionalização dos agentes escolares e as lutas por legitimidade de disciplinas e conhecimentos envolvidos nas definições curriculares. Coloca ainda em discussão os agentes que estão encarregados da concepção, da difusão e implementação de políticas e programas de formação e capacitação de professores para responder às demandas de profissionalização e a responsabilização e participação do estado e dos diferentes agentes sociais e comunitários nesse processo, como entidades públicas, ONGs, entidades privadas, comunitárias, etc. , evidenciando a governamentalização.

Nesse sentido, desejamos que este dossiê possa se constituir em uma importante contribuição ao pensamento educacional brasileiro. E mais, esta pequena amostra, faz ver que, por sua qualidade, o campo tem muito a dizer sobre o currículo; sabe muito sobre currículo; pratica currículo, e isso não pode ser ignorado pelas políticas governamentais que parecem ter elegido o sujeito consumidor, o empresário de si mesmo e o mercado como “medida de todas as coisas” para a educação. Nessa perspectiva, o papel da cultura, o espaço da história, vem sendo cada vez mais substituído por conceitos cognitivos e quantitativistas, estabelecendo a ideia de universalização do conhecimento baseado no método científico, criando significados vazios sobre a educação e o currículo. Não por acaso o discurso educativo que prevalece é o da psicologia cognitivista e a defesa de valores e conceitos como flexibilidade, responsabilização e autorresponsabilização, capacidade de liderança, formação prática, adaptabilidade, criatividade, habilidades, competências, desempenho, produtividade, e mérito – todos reforçando a ideia de “aprender a aprender”, como se pudesse haver educação sem uma matéria sobre a qual se exerça trabalho.

Desejamos uma boa leitura a todas as pessoas.

*Jarbas Santos Vieira
Maria Manuela Alves Garcia*